



III BOICOTE AOS CURSOS

Constrangedor é não pagar as horas-extras!



A campanha do boicote aos cursos praticados fora do horário regular de trabalho sem o pagamento das horas-extras está em andamento e já provocou reações dos chefetes da Repar. Há poucos dias um dirigente do Sindipetro PR/SC visitou um curso para orientar os petroleiros sobre a campanha, já que muitos grupos aderiram e para atingir o objetivo é necessária a participação maciça da categoria.

O dirigente entrou na sala onde o curso era ministrado a fim de alertar os participantes sobre a importância da unidade nesta luta. A ação sindical irritou supervisores, que a qualificaram como ofensiva e constrangedora. O

Sindicato reafirma sua posição e continua a exigir o pagamento das horas-extras. "Constrangedor é não pagar os direitos devidos aos trabalhadores", rebateu o presidente do Sindipetro PR/SC, Silvaney Bernardi.

O Sindicato não tem acordo de banco de horas com a Petrobrás. Logo, toda atividade, seja ela laboral ou de capacitação, realizada fora do expediente regular deve ser paga como hora-extra. A empresa insiste em condicionar a participação dos trabalhadores em cursos em dias e horários de folga desde que aceitem a compensação. Portanto, a campanha, mais do que nunca, continua!

Reivindicações dos aposentados são tratadas em reuniões com a Petrobrás

A efetiva organização e defesa dos direitos dos trabalhadores aposentados e pensionistas é uma preocupação constante do Sindipetro Paraná e Santa Catarina e da FUP. Tanto que na última reunião das comissões de negociação com a Petrobrás, no Rio de Janeiro, as pautas desses companheiros tiveram bastante espaço no rol de reivindicações de toda a categoria petroleira. Confira, ponto a ponto, os temas tratados:

Problemas do Recadastramento da AMS

- Os petroleiros aposentados estão recebendo correspondências da AMS nas quais são requisitados a comparecer novamente ao posto de atendimento para apresentar dados que foram perdidos durante o procedimento de recadastramento. Os dirigentes sindicais que participaram da reunião de comissão de acompanhamento do ACT no Rio de Janeiro comunicaram a empresa sobre o problema. Infelizmente, como os dados foram perdidos, não há como evitar o procedimento,

mas ficou acertado com a empresa que os aposentados, pensionistas e dependentes que têm problemas de locomoção poderão apresentar os dados através de representantes legais. Para isto, o familiar indicado deverá comparecer com os dados solicitados na correspondência e uma foto 3x4 recente.

A empresa se comprometeu que o beneficiário não terá atendimento emergencial recusado, mesmo com a ausência da carteirinha da AMS. Outro compromisso da empresa foi unificar as tabelas e a rede credenciada com a da Petrobrás Distribuidora.

Não beneficiados pela AMS - A FUP e os sindicatos voltaram a cobrar a reabertura do convênio Petrobrás/INSS para o ingresso na AMS de aposentados e pensionistas não beneficiados pelo plano. A Petrobrás afirmou que continua avaliando a reivindicação.

Inscrição tardia na Petros - A FUP e os sindicatos cobraram o imediato in-



gresso de ex-participantes e seus dependentes no plano de previdência complementar [cláusulas 33 e 45 dos ACT's de 1985 e 1986]. Essa reivindicação, se atendida, resolveria uma pendência histórica da categoria, que é o direito à previdência complementar desses trabalhadores aposentados. A empresa afirmou que a prioridade, no momento, é a resolução das pendências dos problemas de implantação do Benefício Proporcional Opcional [BPO], para depois resolver outras questões relativas à Petros.

Petrobrás tentou dar o calote na compensação dos dias parados da greve de 2009

A paralisação nacional petroleira de março de 2009 durou cinco dias e conquistou, ainda que aquém das reivindicações, uma PLR melhor e uma série de compromissos da Petrobrás com relação a política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde [SMS].

No acordo fechado para encerrar com a greve ficou estabelecido que os dias parados seriam descontados sem os reflexos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas [CLT], ou seja, sem onerar as férias e o 13º salário, e ainda estabelecia a dedução de apenas um dia a cada mês.

Acontece que no Acordo Coletivo de Trabalho, firmado no final de 2009, a FUP e os sindicatos filiados conseguiram o ressarcimento de metade dos dias parados. O restante poderia ser



Greve conquistou PLR melhor e compromisso de melhoria na política de Segurança

compensado com horas-extras. Acontece que a empresa pagou 100% dos descontos referentes à greve e exigiu a compensação. Tal medida feriu o acordo, pois obriga os trabalhadores a realizarem jornadas extraordinárias para cumprir a determinação unilate-

ral, quando, na verdade, deveria ocorrer negociação individual, pois para a maioria é melhor receber as horas extras [100%] do que compensar.

O Sindicato reagiu imediatamente e enviou ofício à empresa cobrando esclarecimentos sobre o descumprimento do ACT. A questão foi tratada na reunião da comissão de acompanhamento do acordo. A FUP cobrou que a Petrobrás respeite a opção do trabalhador querendo receber ou não os dias parados, já que poderão ser compensados. A empresa acatou a reivindicação e informou que consultará os trabalhadores em relação à questão, inclusive dando oportunidade àqueles que não concordam com a compensação de optarem pelo desconto.

Veja o ofício do Sindicato à Petrobrás na pág. 4

Sindipetro participou das reuniões de negociação da AMS e ACT

Representantes indicados pelo Sindipetro PR/SC, os dirigentes Luciano Zanetti [Repar] e Adriano Norberto Flores [Transpetro Itajaí] estiveram no Rio de Janeiro durante os dias 17 e 18 de março para participarem das comissões de negociação da FUP e sindicatos com a Petrobrás sobre a AMS e acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho. Confira o resultado dos principais pontos abordados:



Representantes do Sindipetro PR/SC durante as reuniões das comissões

BPO – a FUP ressaltou o prazo de 120 dias previsto no ACT para introdução do Benefício Proporcional Opicional (BPO) no Regulamento do Plano Petros. A Federação criticou a Petrobrás por ter definido unilateralmente a forma como será implementado o BPO, sem discussão prévia com os representantes dos trabalhadores. A FUP frisou ainda que o participante deve ter a garantia de que as contribuições para o plano continuarão sendo feitas até que a adesão ao BPO seja definitiva. A Petrobrás declarou que irá avaliar esta reivindicação e informou que a abertura do BPO ainda depende de pendências relacionadas a problemas nos sistemas de informações da empresa e da Petros e dos trâmites legais.

Plano Petros 2 na Transpetro – a FUP cobrou informações sobre o andamento da implantação do PP-2 na Transpetro. O RH da subsidiária informou que a adesão ao Plano Petros-2 já foi aprovado formalmente pela diretoria da Transpetro e já realizou reuniões com a Petros para definir como será a sua implementação. O próximo passo será a aprovação do Plano nas esferas governamentais. A Petrobrás Transportes divulgará todo este cronograma aos trabalhadores.

Pendências na TBG: PP-2 e AMS

– a FUP cobrou informações sobre a implantação do Plano Petros-2 e da AMS para os trabalhadores da TBG, conforme acordado com os sindicatos e a Federação. A TBG informou que apresentará nas próximas semanas um cronograma para implantação destes dois benefícios.

Anistia – a FUP voltou a cobrar agilidade da Petrobrás na tramitação dos requerimentos de anistiados da Petromisa, Interbrás, Petroflex e Nitriplex. O RH informou que já convocou a grande maioria dos 231 anistiados que tiveram os requerimentos deferidos pela comissão interministerial de anistia (CEI). A empresa detalhou que 92 destes trabalhadores são anistiados da Petroflex, 91 da Interbrás, 44 da Petromisa, 02 da Petrobrás e 02 da BR. Segundo a Petrobrás, somente 03 anistiados ainda aguardam publicação em Diário Oficial para serem convocados pela empresa.

Benefício Educacional – a FUP cobrou a atualização da tabela de reembolso dos benefícios educacionais, destacando que os valores referentes ao Programa Jovem Universitário devem ser definidos após uma pesquisa específica, pois os custos

com o ensino superior são normalmente mais elevados. A Petrobrás vai avaliar o pleito.

PLR – a FUP tornou a cobrar uma proposta da Petrobrás para o regramento das PLRs futuras e também em relação ao pagamento da PLR 2009. O RH informou que apresentará ainda em março uma proposta de regramento das PLRs futuras, após a diretoria da empresa aprovar os indicadores e metodologia propostos. Em relação à PLR 2009, a Petrobrás apresentará sua proposta após a divulgação do balanço da empresa relativo a 2009.

AMS - Anestesiastas de SC - O Sindipetro PR/SC reivindicou incisivamente a resolução do problema que envolve o pagamento dos médicos anestesiastas de Santa Catarina, que não aceitam os valores pagos pela AMS. Mesmo com o aumento dos valores pagos aos profissionais, eles continuam resistindo quanto ao credenciamento junto à Petrobrás. A empresa concordou com a proposição do Sindicato em constituir uma comissão de negociação tripartite [empresa, sindicato e cooperativa dos anestesiastas] para buscar uma solução ao impasse.

Movimentos sociais protestaram contra a corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná

Representantes de organizações dos movimentos sociais protestaram no dia 23 de março, em frente à Assembleia Legislativa do Paraná [Alep], contra os atos secretos e a existência de funcionários fantasmas na Casa. Ao som da música do filme *Ghostbusters* [caça-fantasmas] e com fantasias de fantasmas, os manifestantes pediram a apuração rigorosa das denúncias e a punição exemplar de todos os envolvidos no esquema de desvio de dinheiro público. Há fortes indícios de que pessoas foram utilizadas como laranjas para receber verbas da Alep, mesmo sem nunca terem trabalhado no local.

O ato foi convocado pela União Paranaense dos Estudantes [UPE] e União Paranaense dos Estudantes Secundaristas [UPES] e contou com a participação de dirigentes do Sindipetro Paraná e Santa Catarina e de diversos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores [CUT]. “Encontramos inúmeras dificuldades para aprovar na Assembleia aumento salarial aos servidores ou mesmo para avançar na conquista de direitos dos trabalhadores paranaenses. Por isso, é muito revoltante ligar a TV ou abrir o jornal e perceber com que facilidade se desviou o dinheiro público para atender a interesses particulares”, comentou Roni Anderson Barbosa, dirigente do Sindipetro PR/SC e presidente da CUT Paraná.

O caso está sendo investigado pelo Ministério Público do Paraná e por uma comissão da Alep. Nesta quarta-



Sindipetro PR/SC marcou presença no ato dos movimentos sociais

feira, a Polícia Federal instaurou inquérito para investigar as irregularidades na Assembleia.

A participação no ato “caça aos fantasmas” é somente a primeira iniciativa da CUT-PR sobre os escândalos na Alep. Os sindicalistas pretendem também acompanhar de perto os desdobramentos das investigações e realizar outras ações de massa que estimulem a população a protestar contra essa situação.

Na quarta-feira [31], a partir das 09h00, os movimentos sociais promovem um novo protesto em frente aos portões da Assembleia.

Ofício do Sindipetro à Gerência de Recursos Humanos da Repar/Petrobrás sobre o descumprimento do ACT [dias parados da greve de março de 2009].

O Jornal do Sindipetro PR/SC é o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC). Com sede em Curitiba, na rua Lamenha Lins, 2064, CEP 80220-080. Tel.: (41) 3332-4554 / Fax.: (41) 3332-5215. Regional São Mateus do Sul, rua Paulino Vaz da Silva, 520, CEP 83900-000. Tel/Fax.: (42) 3532-1442 - e-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br. Regional Paranaguá, rua Odilon Mader, 480, CEP 83206-080. Tel/Fax.: (41) 3424-0255 - e-mail: paranagua@sindipetroprsc.org.br.

Correios Eletrônicos

Imprensa: imprensa@sindipetroprsc.org.br

Sec.Geral: secretaria@sindipetroprsc.org.br

Sec.Aposentados: sec-aposentados@sindipetroprsc.org.br

Jornalista Responsável: Davi S. Macedo (MTb 5462 SRT/PR)

Impressão: Gráfica Popular - **Tiragem:** 2 mil e 500 exemplares

Diretoria

Adriano, Alexandre, Anselmo, Diego, Claudiney, Dagoberto (Gaúcho), Edison (Ramos), Edison (Edinho), Evaldo (Lamin), Faissal, Fernando, George, Hélio, Humberto, Jaime (Ferreira), José, Leomar, Luciano (Zanetti), Luís Virgílio, Luiz A. dos Santos, Luiz Carlos (Caus), Luiz A. Gonçalves, Manoel, Mário, Nelson, Oilson, Rafael, Rodrigo, Ronaldo, Roni, Rui, Silvaney, Wilson.

ES-025/2010 - Curitiba, 23 de março de 2010.

Prezado Senhor
Juarez Casati
Gerente de Recursos Humanos
REPAR/PETROBRAS

Assunto: Solicitação de esclarecimentos relativos à interpretação e aplicação da 129ª cláusula do ACT 2009/2011 e da DIP RH/RE 027/2010.

Considerando o item três da Carta Compromisso de encerramento da proposta de ACT 2009/2011 - RH/RMB/RT) - SC 174/09 de 23 de novembro de 2009:

3. Dias Parados

Greve de Março de 2009: Em relação aos empregados que sofreram descontos a Companhia compromete-se a promover o pagamento de metade dos dias da greve de março de 2009, desde que haja o efetivo trabalho das horas correspondentes, conforme estabelecimento a ser firmado com seu próprio sindicato.

Considerando a 129ª cláusula do ACT 2009/2011:

Cláusula 129ª - Greve de Março de 2009

Em relação aos empregados que sofreram descontos, a Companhia compromete-se a promover o pagamento de metade dos dias da greve de março de 2009.

Parágrafo único - Os empregados que receberam o pagamento previsto no caput trabalharam as horas correspondentes, conforme estabelecimento a ser firmado com seu próprio sindicato.

Considerando o parágrafo 3º da DIP em questão que orienta a operacionalização do acordado entre a Companhia e os trabalhadores:

3. Neste contexto e considerando as negociações e entendimentos específicos, os tempos relativos a este segundo período deverão ser compensados integralmente dentro do âmbito do ACT 2009 e descontados nos dias de atividades realizadas. Para tanto, nos dias/horas trabalhados para tal compensação, deverá ser lançada a ocorrência 2027 - Compensação de Greve, visando refletir a reatuação da frequência.

Nesta ocasião porque a REPAR de modo arbitrário pagou a segunda metade dos dias parados da greve de março do ano passado e não a compensação aos empregados, sem a devida e exigida negociação precedente com os mesmos, posto que meramente tal compensação que beneficia aos trabalhadores.

Atenciosamente,

Silvaney Bernardi
Presidente